

— Naquela tarde — evoca o escritor Pedro Brasil Bandecchi — o prefeito Arruda Pereira discorreu sobre a indiferença lamentável pelas nossas caras tradições. O monumento do Ipiranga devia conter os corpos dos primeiros imperadores do Brasil. Estava vazio. Mas havia coisas piores. Naquela manhã passara pelo local. Constatara, muito penalizado, lamentáveis depredações. Tinham furtado as espadas de bronze das figuras do alto relevo inspirado na célebre tela de Pedro Américo. O próprio local histórico em que dom Pedro arrancara a espada e proclamara a Independência não recebera complemento adequado. No Brasil inteiro, as crianças cantavam: “Ouviram do Ipiranga às margens plácidas”. Todos supunham que se tratava de um caudaloso rio. No entanto, naquela manhã de inverno, em plena estiagem, o Ipiranga mal se via. Era preciso fazer ali uma pequena repêsa, para mostrar ao menos um pouco de água. E sob o monumento não caberia uma capela? E dirigiu-se a seu amigo, o engenheiro França Pinto, secretário de Obras do seu governo, confiou-lhe a incumbência de verificar o caso. O monumento era, sem dúvida o melhor que se pudera exigir para o tempo. O escultor Ximenes gozava fama internacional. Na Itália, consideravam-no o Miguel Angelo do seu tempo. Naturalmente, obedecia aos cânones da época. Predominavam os princípios do Renascimento, fiéis às concepções de beleza da Grécia e Roma. O monumento tinha que ser, como foi, do mais requintado gosto clássico. Mas, dadas as suas proporções, devia ter recebido uma sólida base de concreto apoiada em estacas — foi o parecer do engenheiro França Pinto. Não demorou a confirmação. Encontrada a planta, lá estavam assinaladas as estacas de concreto que suportavam o peso enorme do conjunto superior.

O monumento fora construído para as comemorações do primeiro centenário da Independência, que transcorreu em 7 de setembro de 1922. Trinta anos tinham transcorrido. Era ainda relativamente fácil achar as plantas. Isso conseguiu o engenheiro França Pinto, que levou todos os elementos ao prefeito. Uma análise sumária revelou a possibilidade de instalar uma capela. O monumento era ôco. Aparecia como uma grande pirâmide côncava. O prefeito Armando Arruda Pereira exultou. Pensou desde logo numa associação de símbolos. Empregar-se-ia granito amarelado e verde no revestimento. O verde existia em quantidade enorme em Ubatuba. Era belíssimo. Desconhecido o seu valor, vinha sendo empregado até em guias das ruas locais. Os portões seriam de ferro trabalhado ou bronze, com aplicações brônzeas, reproduzindo as armas imperiais. Tudo, afinal, transformado em projeto, passou a ter execução. O prefeito queria que a capela ficasse pronta para as comemorações de 7 de setembro de 1952. Passou a exigir intensa atividade. E tornou-se fiscal exigente. Em face das depredações do monumento, determinou instalações para

uma guarda permanente. E para valorização do conjunto arquitetônico, além da guarda seria instalada uma pira de bronze, onde arderia o perpétuo fogo simbólico do amor à pátria.

E às pessoas que lhe pediam explicações, respondia o engenheiro Arruda Pereira:

— É um cenotáfio, por enquanto. Depois de recebidos os despojos dos imperadores, será um panteon. Por enquanto, já conseguimos que venham os despojos de d. Leopoldina, a nossa primeira imperatriz. Depois, conseguir-se-á que se lhe juntem os despojos de D. Pedro, que estão em Portugal. É certo que lá o nosso Pedro I tem imenso prestígio. Mas é mais brasileiro, mais nosso, do que português. Portugal acabará compreendendo isso. E estou certo de que chegará a hora em que concordará em nos conceder os restos de D. Pedro I para juntar aos de sua esposa. Então, teremos, no Ipiranga, o mais expressivo monumento brasileiro. D. Pedro, primeiro imperador do Brasil, repousando no próprio local em que proclamou a independência de nossa terra.

Não chegou a ver realizado o seu sonho. — Mas muito e decisivamente contribuiu. Deve-lhe São Paulo e o Brasil essa patriótica e lúcida iniciativa.

Governava o Estado de São Paulo o engenheiro Lucas Nogueira Garcez, que dava pleno apoio à administração Arruda Pereira. Depois de intenso trabalho, o engenheiro França Pinto conseguia ultimar as obras do cenotáfio, a fim de que a inauguração se fizesse no dia da Pátria, em 7 de setembro de 1952. Foi então solenemente acesa a pira. Desde essa data, ali arde o simbólico fogo da Pátria. E lembra o escritor Brasil Bandecchi que, na ocasião foi publicado um folheto elucidativo. E também muito bem ilustrado, que nos passa às mãos. Fôra por ele redigido, como titular da Secretaria da Educação e Cultura do Município de S. Paulo. Depois de descrever a atuação decisiva de D. Pedro na Independência do Brasil, concluía: “Nada mais justo, portanto, que São Paulo, tendo tido a felicidade de ser escolhido por ele para berço da Independência e possuindo, no Ipiranga, o Altar da Pátria, queira ter também a honra de guardar os despojos do primeiro imperador do Brasil e de sua esposa, a Imperatriz Leopoldina. Portugal não ficará com seu panteon desfalcado. Muito pelo contrário, cedendo ao Brasil um dos seus filhos mais ilustres, Portugal estreita ainda mais os laços históricos e afetivos que o prendem à nossa terra e à nossa gente. Através de seus filhos, une-se ao Brasil e este através dos fundadores de seu império político, se une de novo a Portugal. Não é uma restrição nem um desfalque de glórias portuguesas. É, tão somente, um reatamento de uma comum e grande tradição política”.

POR FIM

Vinte anos depois, concretiza-se o que quase se pode chamar de sonho. Os restos mortais de D. Pedro vão repousar na cripta do Ipiranga. Era um pedido persistente. Já por ocasião da visita do general Craveiro Lopes, no banquete que lhe ofereceu no Esplanada o sr. Adhemar de Barros, então prefeito, pediu: "General, dê-nos o corpo de D. Pedro. Ele é mais brasileiro do que português. Ele, de fato, nos pertence". Muitos anos ainda se passaram, num persistente e silencioso trabalho do Itamarati. Os despojos de D. Pedro vão chegar, afinal.

TORNAR-SE-Á O BRASIL UMA GRANDE POTÊNCIA?

Capitão-de-Corveta Paul D. Kigar

USNR (Ret.)

Durante muitos anos o Brasil foi descrito, às vezes jocosa-mente, especialmente pelos próprios brasileiros, como "um país que *sempre* teria um grande futura". A ênfase em "sempre" implicava, naturalmente, em que o futuro nunca chegaria. Mas, nos últimos anos, ouve-se mais freqüentemente que o futuro já chegou, como é evidenciado, por exemplo, pelo aumento de 11,3%, em 1971, do Produto Nacional Bruto, seguindo-se a um crescimento médio de 70% ao ano, durante os três anos precedentes. Previsões para 1972 e 1973 indicam uma razão superior a 10% como provável. Não é de admirar, então, que cada vez mais a imprensa mundial fale do "Milagre Brasileiro" e do "Colosso do Sul". Não há dúvida de que o Brasil está transformando-se numa grande nação industrial; os planejadores econômicos vêem o país se tornando um "segundo Japão", antes do final do século.

Para qualquer lugar que olhemos hoje, há evidência do dinamismo brasileiro: Em junho de 1970, o Brasil ganhou o Campeonato Mundial de Futebol pela terceira vez, obtendo assim a posse permanente da Taça Jules Rimet, e praticamente em todos os países ouviu-se falar de "Pelé", "o maior jogador de futebol do mundo". O corredor Emerson Fittipaldi, depois de ganhar numerosos troféus, conquistou o campeonato mundial em 1972; Éder Jofre venceu o campeonato mundial de peso-galo, e recusando-se a dormir sobre os louros, está atualmente tentando o campeonato de peso-pena, tendo boa chance de se tornar o único homem a conquistar os dois títulos; na música, quase todos ouviram falar de Roberto Carlos, um rival dos *Beatles*; e os feitos do Ministro da Fazenda, Delfim Netto, foram elogiados por periódicos financeiros em todo o mundo. Assim, poderíamos continuar a enumerar diversos campos de atividade, para mostrar o vigor e a versatilidade do povo brasileiro de hoje.

Com seu vastíssimo território de 8.511.965 km² — a quinta maior nação do mundo — sua população de cerca de 100 milhões, a vitalidade de seu povo, seus grandes recursos minerais, indús-

tria crescente, poder e tradição militares, fala-se cada vez mais que o Brasil está a caminho de tornar-se uma grande potência. Alguns chegam mesmo a dizer que não há dúvida acerca disso, sendo a única questão a época em que atingirá o *status* de grande potência. Isto não significa que viria a atingir o nível de superpotência dos EUA e da URSS, mas poderia provavelmente atingir algo como a estatura do Japão, uma superpotência em potencial, ou pelo menos das grandes potências como a Alemanha Ocidental, a França e a Grã-Bretanha. Mas, chegará realmente lá? Para responder, é necessário ver que características são necessárias para o *status* de grande potência e se o Brasil possui tais características.

Não pode haver dúvida de que do ponto de vista de extensão territorial, o Brasil tem tudo que é necessário para transformar-se numa grande potência, pois seguindo ao Canadá e aos EUA (incluindo o Alasca), é o terceiro maior país do hemisfério ocidental e maior do que toda a Europa, excluindo a parte européia da Rússia. Ocupa quase metade da América do Sul.

Entretanto, a extensão territorial está inexoravelmente ligada à localização geográfica, que, por sua vez, sofre a influência do clima. Cerca de 7/8 das terras brasileiras estão na Zona Tórrida e grande parte no Equador ou ao longo dele. Apenas os dois estados mais meridionais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estão completamente na Zona Temperada Sul; o Paraná e São Paulo só estão em parte. É provavelmente algo mais do que mera coincidência que — além dos Estados de Minas Gerais e, de certa forma, Goiás, cujo desenvolvimento está se aproximando do nível daqueles — eles sejam os estados mais industrializados e progressistas de toda a federação brasileira. Com exceção dos quatro estados sulinos, a temperatura anual varia entre 15° e 27° C, e na maior parte da área, ao longo do Equador, está acima de 27° C, durante todo o ano. Exceto quanto aos estados nordestinos, cronicamente atingidos pela seca, Ceará e Piauí, com índices pluviométricos anuais de 250 a 500 mm, a maioria do país tem de 1 000 a 2 000 mm, sendo que na maior parte da região amazônica estão acima de 2 000 mm. Na verdade, a região amazônica e 2/3 da costa atlântica do Brasil são classificados como "clima quente e úmido de floresta".

Nunca na história moderna ou antiga houve uma grande potência com quase a totalidade do seu território localizada na Zona Tórrida. Pensamos nos climas quentes dos impérios do antigo Egito, Assíria, Babilônia e Pérsia, e, não obstante, todos eles estavam ao norte do Trópico de Câncer. Os impérios pré-colombianos dos Astecas, no México, e dos Incas, no Peru, estavam na Zona Tórrida, mas ao contrário do Brasil, estavam também em grandes altitudes, favorecendo-se com um clima relativamente

fresco e revigorante. Os Astecas estavam no planalto mexicano, a uma altitude média de 2 000 m, quase sem floresta tropical e os Incas no altiplano peruano, entre as Cordilheiras dos Andes, com muito pouca chuva. Entretanto, a maioria dos planaltos brasileiros está apenas entre 500 e 1 000 m, uma altitude insuficiente para dar-lhes um clima revigorante, e 30% do país não está a mais de 200 m acima do nível do mar. Assim, a localização geográfica e o clima resultante, considerados à luz da história mundial, parecem negar ao Brasil a capacidade de tornar-se uma grande potência.

Não obstante, neste espantoso século XX, que viu tantos velhos absurdos destruídos pelo aeroplano, pela divisão do átomo e a descida na Lua, há a possibilidade de que o tabu geográfico-climático de grande potência também possa ser quebrado — o Brasil bem poderia realizar essa proeza.

Para atingir um *status* de grande potência, uma nação necessita de recursos naturais em abundância suficiente para suas próprias necessidades e para exportá-los. O comércio externo é essencial para o desenvolvimento. Necessários também são os tópicos básicos da guerra moderna como, por exemplo, o aço, petróleo, energia elétrica, construção naval e energia atômica. Como está o Brasil quanto a esses aspectos?

Em retrospecto, parece agora incrível que, até os primeiros anos da 2ª Guerra Mundial, o Brasil não tivesse indústria de aço própria, quando o Presidente Vargas construiu a primeira usina em Volta Redonda. Desde a Revolução, no final do primeiro trimestre de 1964, a produção anual de aço aumentou de 2,8 milhões de toneladas em 1963 para 6 milhões em 1971.

O minério de ferro do país é de excelente qualidade e a produção anual, que está em torno de 30 milhões de toneladas, é principalmente da Companhia Vale do Rio Doce que trabalha com 90% da exportação nacional. As reservas de ferro e manganês são substanciais. Embora exista carvão, é de qualidade inferior e como resultado o coque é importado em grande escala para a indústria do aço.

Planos de expansão atualmente em andamento elevarão a produção anual de aço para 10 milhões de toneladas por volta de 1975. Um objetivo do atual governo é triplicar a produção. Conseqüentemente, três grandes companhias de aço estão planejando acréscimo substancial na capacidade produtiva que custará perto de um bilhão de dólares. Há literalmente uma chuva de ofertas para o financiamento desta idéia, incluindo do Exim Bank, do Banco Mundial, do Banco de Desenvolvimento Interamericano e do Japão — uma indicação da confiança existente em círculos financeiros a respeito do presente econômico e político brasileiro e seu futuro.

A indústria de petróleo é um monopólio estatal exercido através da corporação chamada Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás. Embora 69% das necessidades normais em tempo de paz, de produtos de petróleo ainda sejam importadas e constituam, portanto, uma drenagem de divisas, a produção interna está aumentando e em 1971 chegou a 60 milhões de barris. Diversos novos campos foram descobertos em 1971, principalmente na plataforma atlântica das costas dos estados nordestinos. A tendência, se não para uma autonomia futura, é pelo menos para uma diminuição da dependência de fontes externas.

Intimamente relacionada ao petróleo está a indústria automobilística, que não existia no Brasil até o início da década de 60. A produção de veículos motorizados em 1963 foi de apenas 163 000 unidades, mas em 1971 foi de 515 000 e em 1972 estima-se que seja de 640 000, colocando a indústria automobilística brasileira em décimo lugar no mundo.

A capacidade de energia elétrica cresceu de 6,8 milhões de quilowatts em 1964 para mais de 13 milhões em 1971. Projetos atualmente em execução deverão resultar em 16 milhões de quilowatts no final de 1973. Muitos projetos hidrelétricos são de escala gigantesca, o maior deles sendo o de Urubupungá, na parte superior do Rio Paraná, no Estado de São Paulo. Quando se tornar totalmente operacional, ao final de 1974, a sua capacidade de 48 milhões de quilowatts será o dobro do potencial da represa de Aswan e maior do que qualquer usina no mundo fora da URSS.

A construção de navios para a Marinha Mercante Brasileira aumentou continuamente desde a Revolução de 31 de março de 1964. A partir dessa época, 82 navios oceânicos foram construídos com uma tonelagem de 996 352, além de 146 pequenas embarcações com 48.454 toneladas. Para chegar a isso, os estaleiros e as docas foram ampliados, ficando os maiores destinados especificamente a construir navios graneleiros de alta tonelagem, navios-tanque e cargueiros para minérios. A construção naval está centralizada na área do Rio de Janeiro e portos em diversas partes do país estão sendo melhorados e aumentados. No início de 1972, foi assinado um contrato para transformar a cidade sulista de Rio Grande num dos maiores portos da América do Sul. Nos primeiros dois meses de 1972, foram assinados contratos para elevar, em mais de um milhão de toneladas, a capacidade da marinha mercante, a fim de atender a importação de carvão e as necessidades de exportação da indústria brasileira do aço. Isto é mais do que toda a frota mercante existente antes da Revolução de 1964. A meta governamental é ter uma frota de 5 milhões de toneladas por volta de 1975.

No campo da energia atômica, este ano, o Exim Bank concebeu um financiamento de 138 milhões de dólares para a primeira

usina nuclear brasileira. A Westinghouse fornecerá o equipamento necessário à sua estação de força. Em agosto de 1972, o Ministério das Minas e Energia anunciou que um enorme depósito de urânio foi descoberto no Estado de Minas Gerais e estimou que este depósito está entre os maiores do mundo. Aqui é talvez significativo lembrar que até agora o Brasil se recusou resolutamente a assinar o tratado de não-proliferação de armas nucleares, talvez por que algum dia deseje ter seu próprio arsenal atômico. Opôs-se, também, à execução da Declaração de 1967 da OEA, que propunha reduções nos gastos militares, embora suas despesas não possam ser consideradas excessivas.

O Brasil também estaria qualificado para um *status* de grande potência, devido à sua população. Entretanto, isto deve ser aceito com reservas, porque nem toda ela pode se dizer que pertença ao século XX, devido à pobreza. Em março de 1972, o Chase Manhattan Bank estimou a renda *per capita* brasileira em 390 dólares, comparados com cerca de 3.500 para os EUA. A renda *per capita* anual no Estado mais avançado e industrializado, São Paulo, está estimada em cerca de 800 dólares. Ora, para chegarmos à média dos 390 dólares, deve haver lugares — provavelmente nos estados nordestinos atingidos pela seca, onde o povo tem um nível baixo de subsistência — com, digamos, cerca de 150 dólares por ano. Na verdade, os consumidores reais, estima-se, estarão apenas em torno de 30 milhões de pessoas.

Apesar dos recentes e impressionantes sucessos da campanha governamental de 1971-72 contra o analfabetismo, através do *Mobil*, pelo menos 35% da população deve ser ainda analfabeta, limitando severamente sua contribuição para o desenvolvimento do país. Entretanto, apesar dos baixos padrões de vida e do analfabetismo, sente-se hoje um novo espírito no país, ao conversar-se com o povo, independentemente de classe, quando se viaja de Manaus ao Rio Grande do Sul.

Sob o atual governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, em função desde outubro de 1969 e cujo mandato termina a 15 de março de 1974, todo o país parece estar vibrando com um entusiasmo construtivo e contagiante, num sadio patriotismo, e uma vontade enérgica tanto de trabalhar para os objetivos individuais quanto para os sociais. É uma dessas explosões de energia e de fé pouco comuns, que ocorrem em raros intervalos na história humana. Esta vitalidade é claramente evidenciada no Brasil de hoje e particularmente no azáfama de sua maior metrópole, São Paulo, a cidade que cresce mais rapidamente no mundo.

Por último, como fatores importantes para uma grande potência, estão os papéis do Governo e das Forças Armadas. Embora a paz tenha sido e permaneça o grande ideal, nunca um país atin-

giu um *status* de grande potência sem alguma vez recorrer a ameaça ou ao uso da força militar. Para dizer de forma diferente, uma grande potência, ou uma grande potência em potencial, deve ser capaz de poder usar forças poderosas não aplicadas, que é a paz, ou, quando necessário, força aplicada, que é a guerra. Este é o papel dos militares, aliado à diplomacia.

Desde 1964, os militares parecem ter desempenhado papel importante no Governo e uma das questões em que a atual administração pensa é retorno às eleições diretas. Não há dúvida de que o governo é *para* o povo uma vez que seu objetivo declarado é desenvolver o país e aumentar o padrão de vida, econômica e culturalmente. Os fatos mostram que ambos os objetivos estão sendo atingidos.

É também verdadeiro que com o aumento do padrão de vida, o povo é *pelo* governo. Este, é bastante representativo da classe média, e, portanto, pode-se dizer que o governo é *do povo* e *pelo povo*.

Há os que alegam que sob o atual Governo os pobres não melhoraram, pedindo uma maior aceleração dos benefícios do desenvolvimento.

O atual Governo está bem a par do problema. O Ministro do Planejamento e outros altos funcionários disseram recentemente que o país necessita uma distribuição mais equitativa da riqueza e, em agosto de 1972, o Ministro da Agricultura anunciou medidas práticas e imediatas que iniciarão a reforma agrária, muito necessária. Deverá começar pelos Estados do Nordeste, o que será ótimo para a elevação do padrão de vida da população da área.

De acordo com estatísticas contidas na publicação norte-americana intitulada *The Military Balance*, o Exército Brasileiro recentemente anunciou que seus gastos com a defesa chegam apenas a 2,62% do produto nacional bruto, comparados com os 2,9% da Argentina, os 7,7% dos EUA e os 8,54% da URSS. O Exército se considera como uma instituição educacional, uma vez que muitos convocados das áreas pobres do país, quando incorporados, aprendem a ler e escrever, adquirindo hábitos básicos de higiene pessoal e saúde pública, noções de privilégios e deveres de cidadania e podem aprender uma profissão.

Também as atividades de construção do Exército devem ser lembradas, porque diversos batalhões de engenharia estão engajados em construção de estradas, trabalhos rurais e atividades de colonização. Junto com algumas unidades da Força Aérea e Marinha, os engenheiros militares estão atualmente empenhados no "grande impulso" do Governo pela criação da grande estrada Transamazônica descrita como "o maior empreendimento do século XX". Assim, parte dos 2,62% poderiam ser mais apropriadamente relacionados no Ministério da Educação do Brasil (chefiado por

um Coronel R/1 do Exército) ou no Ministério dos Transportes (chefiado por outro Coronel R/1) do que para o Ministério do Exército. Esta Força Armada certamente é uma instituição democrática, porque tanto o Ministro do Interior quanto o Ministro da Educação foram meninos pobres que com determinação e inteligência subiram na vida até suas atuais posições no Ministério.

O Brasil é forte em tradição militar: Declarando guerra contra os Governos Centrais em 1917, participou em patrulhas navais na 1ª Guerra Mundial. Alguns serviços médicos e unidades de Aviação também foram para a França. Na 2ª Guerra foi o único país latino-americano que participou ativamente, quando mais de 25 000 soldados brasileiros, de uma divisão de infantaria e um grupo de aviação se distinguiram no TO italiano, após intensa instrução com o V Exército Norte-Americano, naquele país. Mais tarde, o Brasil enviou tropas como parte da Força de Emergência das Nações Unidas, para o Oriente Médio. No Novo Mundo, em 1965, atendeu à solicitação da OEA para Forças de Paz, quando mais de 1 200 homens foram para a República Dominicana em navios e aviões brasileiros, constituindo a maior força latino-americana empregada nessa operação. Além disso, o primeiro comandante da Força Aérea das Nações Unidas no Congo foi um oficial brasileiro.

Mais cedo, no século XIX, de 1808 a 1817, o Brasil ocupou a Guiana Francesa; através de sua intervenção na área do Rio da Prata, anexou o Uruguai de 1821 a 1828, e aliado ao Uruguai e à Argentina derrotou o Paraguai na guerra de 1864-1870.

O Brasil vem mantendo desde 1971 a maior ofensiva diplomática de sua história, num esforço para alinhar a América Latina como uma possível terceira força de equilíbrio entre as superpotências, ou pelo menos alinhar bastantes nações latino-americanas para contrabalançar os regimes esquerdistas ou ultranacionalistas da América do Sul. Esta ofensiva diplomática, basicamente defensiva em sua natureza, provocou, não obstante, protesto de alguns estados sul-americanos, que acham que o Brasil procura a hegemonia sobre toda a América Latina. Naturalmente, tais intenções foram vigorosamente negadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Supondo-se uma continuação das atuais políticas governamentais, dentro de um futuro previsível, encontram-se presentes todos os fatores favoráveis à qualificação do Brasil para atingir um *status* de grande potência possivelmente na década de 70, mas certamente até o final do século. O tempo exato é difícil de determinar e aqui deveríamos nos lembrar o que o brilhante psicólogo social francês, Gustav Le Bon, disse em seu livro *A Psicologia da Revolução*:

As verdadeiras revoluções, as que transformam os destinos dos povos, são frequentemente realizadas tão lentamente que os historiadores dificilmente podem apontar seus começos. O termo evolução é, portanto, bastante mais apropriado do que revolução.

Napoleão disse que "Deus está do lado dos batalhões mais fortes". Os brasileiros, há muito tempo, tem um velho provérbio que deve ajudá-los a se tornar uma grande potência: "Deus é brasileiro".

O Capitão-de-Corveta Paul D. Kigar, Reformado da Reserva da Marinha dos EUA, reside no Brasil há 30 anos. Entrou para a Reserva Naval no início da 2ª Guerra Mundial e serviu com o Adido Naval na Embaixada Americana no Rio de Janeiro. Retornando ao Brasil após a guerra, desempenhou funções elevadas em corporações americanas e brasileiras. É sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e sócio da Sociedade Geográfica Brasileira. Escreveu diversos artigos sobre o Brasil que foram publicados na imprensa mundial. Este artigo foi escrito em inglês e publicado pelo Military Review no U.S.A. em inglês, castelhano e português.

LIVRO SOBRE 32 E SEU AUTOR

João Ribeiro Nogueira

Trinta e oito anos após sua publicação, voltei a ler, página a página, linha a linha, palavra por palavra, o livro — "Martírio e Glória de São Paulo" — em que Aureliano Leite faz a história do movimento armado irrompido neste Estado, em 1932, com o objetivo de reconduzir o País ao regime da lei, chafurdado que se achava no charco de uma dessas Ditaduras em que prevalecem os caprichos do Soba que usurpa o poder e aniquila a vontade do povo.

Obra admirável, pela precisão e sinceridade com que o autor enumera, examina, analisa fatos, homens, coisas saídos do comburento cenário da revolução, quando a terra de Piratininga sofreu seu martírio e conheceu sua maior glória. É, sem exagero, a mais eficiente contribuição que apareceu, até agora, para a história definitiva da grande jornada cívica que se terá de escrever um dia. Com efeito, ninguém como Aureliano Leite nos apresenta relato assim tão claro, cru, às vezes contundente, dos acontecimentos que antecederam e, depois, foram o cerne, a alma de 32. Nada falta ali: o retrato moral da Ditadura e seus asseclas, cujas palavras apenas serviam para esconder seu intento de dominação de São Paulo, talento das botas de militares menos escrupulosos, desde 1930, como se fôsse terra estrangeira, e não um pedaço da pátria comum e cujos habitantes receberam sempre de braços abertos os de outras plagas. Vê-se que a revolução não se originou da ação de políticos, que, diga-se de passagem, estiveram também à altura daquela hora de dor para sua terra, mas foi inteiramente imposta pela vontade popular, manifestada nas ruas da Capital e das grandes cidades do interior, desde 23 de maio, quando caíram varados de balas os jovens Dráusio, Martins, Miragaia e Camargo. O último a entrar para a revolta foi o interventor, o grande Pedro de Toledo que tudo vinha fazendo para entregar o governo a Valdemar Ferreira e ir ombrear com a massa na praça pública ou nas trincheiras. Ibraim Nobre, o inflamado verbo que galvanizou o entusiasmo popular, era promotor de justiça e agia

(*) Transcrição do "Diário Popular".

apenas — dizia — como paulista e brasileiro. Constatou-se bem que não fôra a insensibilidade política de O. Maciel — contrariando a tradicional índole mineira — ou não houvesse F. da Cunha passado a combater, à última hora, o movimento insurrecional paulista que até à véspera apoiara nos bastidores contra a Ditadura e não teria tido lugar o turbilhão de sangue que en-sopou o solo bandeirante — cerca de 3 mil mortos de nosso lado e 10 mil da outra parte —, enlutando milhares de lares, espalhando a orfandade, consumindo imensas rendas públicas e particulares, sacrificando, enfim, toda uma geração de brasileiros. Viu-se, a largos traços, a imagem da Nação tentando obter sua volta aos quadros legais, ao domínio da vontade popular através das urnas livres, e São Paulo, compeão dessas liberdades, pronto a sacrificar, como sacrificaria, sua luzida mocidade.

Em suma, nessas trezentas e tantas páginas está palpitante, trágica e bela a crônica completa dos agitados três meses em que nós, paulistas, vivemos com o coração nas mãos e a alma na boca, a sofrermos o impacto de notícias desencontradas, ora tristes, ora alegres, na ânsia de vermos realizado um sonho, um grande sonho de um grande povo, na perseguição de um grande destino. Para os que estivemos no “front”, ao sol, à chuva, sentindo o gélido frio de julho, nas montanhas ou nos planos, e procurávamos inteirar-nos dos sucessos, peneirando informes que às vezes eram engôdo e fantasias; para os que, afim, amargamos a derrota, mas sem cairmos de joelhos aos pé sdos vencedores, “Martírio e Glória de São Paulo” é livro eterno, se é que possa haver no gênero livro que mereça tal qualificativo. Estamos em que, enquanto um cataclismo não tragar os trezentos mil quilômetros de terra bandeirante, êsse livro há de ser aqui lido, relido e amado pelas gerações que se sucederem.

E se obra é essa, o que dizer de seu autor?

Cronista e soldado. Mais soldado que cronista, que repórter, deixando os gabinetes para ir bater-se ao lado do filho, um dos heróis da frente Norte, quantas e quantas vezes Aureliano Leite não contribuiu para o bom andamento da guerra do nosso lado, influenciando aqui com um conselho providencial, animando ali fracos e indecisos (alguns até galões . . .), impedindo acolá que o derrotismo ou a traição se infiltrasse no seio da tropa. A este respeito, recordo-me de que, quando regressava à frente de luta após obter alta do tratamento de um ferimento de bala que recebera em Engenheiro Bianor, em 2 de agosto, tive ocasião de ouvir de Lineu Pacheco Braga ou de Pedro Claro Mendes, companheiros do depois esfacelado e glorioso 5.º B.C.R., que, por duas vezes, impedira Aureliano a antecipação da retirada dos nossos naquêle

setor, que ficava ao longo da Estrada de Ferro Central. Referindo-se ao autor, adiantava o informante que o “grandalhão” quando aparecia em visita ao filho, pegava também “no pau furado” “não era sopa, não!” Quando, ao contrário do que ocorreu com Romão Gomes, cuja heróica coluna mantivera sob suas armas grande faixa do território lindeiro com Minas, comandantes dos setores de Mogi Mirim, Itapira, Pedreira, Amparo e Campinas, alegando esgotamento de suas tropas e carência de outros meios, ameaçavam abandonar as posições até então mantidas, era o civil Aureliano Leite que acorria para providenciar tropas frescas e o mais necessário, inclusive o óleo canforado do incentivo moral. . .

Culto, enérgico, desprendido, senhor de arraigadas convicções democráticas, havendo prestado a São Paulo e ao Brasil, como se viu, os mais assinalados serviços, Aureliano Leite não é apenas um nome conhecido no mundo das letras, mas, sim, uma lenda, a apontar a todos os brasileiros o rumo do civismo nacional, da união indissolúvel de todos em prol da pátria, este nosso amado Brasil que é, hoje, a mais formosa esperança das Américas.

Pelo que lhes fez, poupando maiores sofrimentos de sua população naquela hora difícil mas gloriosa de 32, Itapira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Pedreira, Amparo e Campinas, principalmente, lhe devem a expressiva homenagem de fazê-lo seu filho adotivo. Não lhe será uma paga, mas o reconhecimento de insaldável dívida de gratidão.